

## ⇒ PARECERES PROFERIDOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS:

### Indústria da Construção

**APROVADO** na Comissão da Pessoa com Deficiência o parecer do relator, deputado Márcio, ao Projeto de Lei Complementar nº 11/2015, “Altera a Lei nº 4.056, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Fundo Estadual de Combate à Pobreza e as desigualdades sociais, para dispor sobre a destinação de recursos para a aquisição de unidades habitacionais por pessoas com deficiência ou autistas”, favorável com emendas.

## ⇒ PROJETO DE LEI APRECIADO PELO PLENÁRIO:

Sessão Plenária do  
Dia: 21/11/2018

**APROVADO**, em primeira discussão, o Projeto de Lei nº 2837/2017, de autoria da deputada Zeidan, que “Determina a obrigatoriedade do fornecimento do protocolo de atendimento por parte das entidades empresariais ou comerciais que realizam assistência técnica a consumidores de produtos e serviços e dá outras providências”, com a emenda da CEIC<sup>1</sup>. O PL emendado vai à redação do vencido para 2ª discussão.

Link para acessar a Redação do vencido

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/e247bdcc5429452e0325834e00578934?OpenDocument>

**APRECIADO**, em primeira discussão, o Projeto de Lei nº 2462/2017, de autoria da deputada Enfermeira Rejane, que “Estabelece o ônibus lilás no âmbito do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências”, o PL recebeu duas emendas e retorna às Comissões.

Link para acessar as emendas:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/7e5e5ec7a0f362b40325834d0064e8a0?OpenDocument>

---

<sup>1</sup> CEIC – Comissão de Economia, Indústria e Comércio.

**APROVADO** o Requerimento nº 489/2018, de autoria da Comissão Especial instituída pelo Requerimento 286/2017, que solicita a prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Especial para tratar de assuntos referentes à despoluição da Lagoa de Araruama.

## 2ª DISCUSSÃO:

**APRECIADO** o Projeto de Lei nº 2851-A/2014, de autoria do deputado Carlos Minc, que “Cria o programa estadual de reuso de Efluentes das Estações de Tratamento do Esgoto - ETE’s, para fins industriais, estabelece incentivos para sua implementação e dá outras providências”. O PL recebeu três emendas e retorna às Comissões.

Link para acessar as emendas:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/fa7d156193e505a50325834e0064e61b?OpenDocument>

**APROVADO**, em primeira discussão, o Projeto de Lei nº 717/2015, de autoria dos deputados Bruno Dauaire e Luiz Paulo, que “Regulamenta a responsabilidade dos fornecedores sobre a obsolescência programada de seus produtos no estado do Rio de Janeiro”, com as emendas da CCJ<sup>2</sup>. O PL emenda vai à redação do vencido para 2ª discussão.

### Obs:

Entraram em discussão, nos dias 21 e 22 de novembro, os Projetos de Lei nº → 4443/18 (Estima a receita e fixa a despesa do estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2019) e → 4444/18 (Revisão do plano plurianual 2016-2019, instituído pela Lei 7.211, de 18 de janeiro de 2016), ambos de autoria do Poder Executivo, com parecer favorável da Comissão de Orçamento. Abertura para recebimento das emendas. (O protocolo e o registro das emendas pela Comissão de orçamento se dará pelo protocolo do sistema, promovido pelos autores, nos dias 23,26,27,28 e 29 de novembro, das 10:00 hs às 19:00 hs do corrente ano). Foi sugerido pelo deputado Luiz Paulo que os projetos sejam votados nos dias 16 e 17 dezembro do corrente ano.

---

<sup>2</sup> CCJ – Comissão de Constituição e Justiça.

## Vetos que se encontram na pauta da ordem do dia

Sessão ordinária do dia **27 de novembro** de 2018 - hora 15:00

### Em discussão única

#### (pendentes de parecer da Comissão de Emendas Constitucionais e Vetos)

**Veto parcial - PL nº 4162/2018**, de autoria do Poder Executivo (mensagem nº23/2018), que dispõe sobre a criação de ação orçamentária e abertura de crédito adicional especial, e dá outras providências. **(Lei 8047/2018)**

**Veto total - PL nº 2058-A/2016**, de autoria do deputado Dr. Julianelli, que autoriza o Poder Executivo a instituir o selo empresa solidária com a vida no estado do Rio de Janeiro.

**Veto total - PL nº 3549-A/2017**, de autoria do deputado Gilberto Palmares, que institui, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, o segundo domingo de maio como feriado estadual.

**Veto parcial - PL nº 316-A/2015**, de autoria do deputado Carlos Minc, que modifica a lei nº 5.502, de 15 de julho de 2009, que dispõe sobre a substituição e recolhimento de sacolas plásticas em estabelecimentos comerciais localizados no estado do rio de janeiro, como forma de colocá-las à disposição do ciclo de reciclagem e proteção ao meio ambiente fluminense. **(Lei 8006/2018)**



**Veto total - PL nº 301/2015**, de autoria do deputado Carlos Minc, que destina ao menos 1% (hum por cento) do valor dos Termos de Ajustamento De Conduta - TAC a serem aplicados na área de saúde ambiental. **(Lei 8055/2018)**

**Veto parcial - PL nº 3993/2018**, de autoria do Poder Executivo (mensagem nº19/2018), que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei do orçamento anual de 2019 e dá outras providências. **(lei 8055/2018)**.

**Veto parcial - PL nº 168/2015**, de autoria do deputado Paulo Ramos, que dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação de painéis indicadores de empregos nos terminais rodoviários e estações de trens, barcas e metrô. **(lei 8056/2018)**.

**Veto total - PL nº 696-A/2015**, de autoria dos deputados Samuel Malafaia e Átila Nunes, que dispõe sobre comercialização de produtos ópticos e a prestação de serviços de produtos ópticos e afins no estado do Rio de Janeiro.

**Veto total - PL nº 1902/2012**, de autoria do deputado Luiz Paulo, que dispõe sobre o conselho estadual de desenvolvimento econômico e social (cedes) e dá outras providências.

Sessão ordinária do dia **28 de novembro** de 2018 - hora 15:00

Em discussão única

(pendentes de parecer da Comissão de Emendas Constitucionais e Vetos)

**Veto parcial - PL Complementar nº 56/2018**, de autoria do Poder Executivo (mensagem nº 33/2018), que dispõe sobre a redução de multa e de juros de mora, no caso de pagamentos em parcela única ou mais de uma parcela, de créditos tributários relativos ao ICMS, na forma que especifica, de acordo com o autorizado no Convênio ICMS 75/18. **(Lei Complementar nº 182/2018)**.

**Veto total - PL nº 2735-A/2014**, de autoria da deputada Enfermeira Rejane, que institui o programa de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e dá outras providências.

**Veto total - PL nº 1645-A/2016**, de autoria da deputada Lucinha, que recomenda às empresas que fabricam e distribuem bebidas alcoólicas no estado do rio de janeiro a disponibilizarem 10% do seu orçamento gasto com propaganda em programas e anúncios educativos contra o alcoolismo e acidentes de trânsito decorrentes do uso do álcool.



**Veto total - PL nº 1220-A/2012**, de autoria do deputado Gilberto Palmares, que dispõe sobre a publicização do quadro de horários e frotas das linhas de transporte rodoviário intermunicipal.

**Veto total - PL nº 1252-A/2012**, de autoria dos deputados Enfermeira Rejane, Sabino, Edson Albertassi, Andreia Busatto, Roberto Henriques e Jânio Mendes, que cria o programa estadual de recuperação da malha ferroviária com objetivos turísticos.



**Veto total - PL nº 1430-A/2016**, de autoria do deputado Wagner Montes, que dispõe sobre o direito do consumidor obter comprovantes de pagamentos que tenham durabilidade do texto impresso de pelo menos 5(cinco) anos.

**Veto total - PL nº 1373-A/2016**, de autoria do deputado Bruno Dauaire, que trata da obrigatoriedade de instalação de equipamento para eliminar ar na tubulação do sistema de abastecimento de água.

**Veto total - PL nº 1885/2016**, de autoria da deputada Martha Rocha, que obriga hospitais, públicos ou particulares, a notificarem a polícia civil da internação de paciente que não possua identificação.

**Veto total - PL nº 2558-A/2017**, de autoria do deputado Gustavo Tutuca, que altera a lei estadual nº 4.119, de 1º de julho de 2003, para dispor sobre a obrigatoriedade de aplicação do teste de glicemia capilar nos prontos socorros e unidades de saúde em crianças de 0 a 6 anos, 11 meses e 29 dias de idade, em todos os municípios do estado.

**Veto parcial - PL nº 632/2015**, de autoria do deputado Átila Nunes, que institui a campanha estadual de conscientização para o descarte correto de medicamentos vencidos e/ou fora de uso. ([Lei 8135/2015](#)).

**Veto total - PL nº 3433/2017**, de autoria dos deputados André Ceciliano e Gilberto Palmares, que institui feriado estadual bancário a quarta-feira de cinzas e dá outras providências.

**Veto total - PL nº 1993/2016**, de autoria do deputado Dr. Deodalto, que dispõe sobre a realização de exames de troponina cardíaca em pacientes na rede pública de saúde do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

**Veto total - PL 4324/2018**, de autoria dos deputados Dr. Julianelli e Gilberto Palmares, que altera a lei nº 4119, de 1º de julho de 2003, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários a sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar aos portadores de diabetes e dá outras providências.

**Sessão ordinária do dia 29 de novembro de 2018 - hora 15:00**

[Em discussão única](#)

[\(pendentes de parecer da Comissão de Emendas Constitucionais e Vetos\)](#)

**Veto total - PL nº 1427-A/2016**, de autoria do deputado Wagner Montes, que dispõe sobre a publicidade das informações de arrecadação do ICMS no estado do Rio de Janeiro.

**Veto parcial - PL nº 4012-A/2018**, de autoria do deputado Iranildo Campos, que dispõe sobre o uso preferencial de agregados reciclados em obras e serviços de engenharia executados pelo estado de Rio de Janeiro. ([Lei 8139/2018](#)).

**Veto total - PL nº 3938/2018**, de autoria do deputado Iranildo Campos, que dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação, nos postes, pilares e colunas que possuam instalações elétricas, de dispositivos de proteção a corrente diferencial-residual que impeçam que choques elétricos sejam fatais.

**Veto total - PL nº 1749/2016**, de autoria do deputado Zaqueu Teixeira, que proíbe a emissão de documento fiscal com origem em outro estado da federação, pelas empresas contratadas pelo governo do estado do Rio de Janeiro. ([Lei 8151/2018](#)).

**Veto parcial - PL nº 2259/2016**, de autoria do deputado Carlos Minc, que institui o sistema de logística reversa de embalagens e resíduos de embalagens no âmbito do estado do Rio de Janeiro, de acordo com o previsto na lei federal nº 12.305, de 2010 e no decreto nº 7404, de 2010. ([Lei 8151/2018](#)).

**Veto total - PL nº 713/2015**, de autoria do deputado Flávio Serafini, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão, em um percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento), de produtos orgânicos na alimentação fornecida aos pacientes dos hospitais da rede pública estadual do Rio de Janeiro.

**Veto parcial - PL nº 4358/2018**, de autoria dos deputados André Ceciliano e Christino Áureo, que altera a lei estadual nº 7495, de 05 de dezembro de 2016. ([Lei 8122/2018](#)).



⇒ SINOPSE DIÁRIO OFICIAL - PARTE I:

## ATOS DO PODER LEGISLATIVO

### OFÍCIO GG/PL nº 753 de 16 de novembro de 2018

Veto total apostado ao PL 1077-A/2015

Autores: Deputados Tânia Rodrigues, Martha Rocha, Carlos Minc e Luiz Paulo

Regulamenta o programa de habitação de interesse social financiado pelo estado do Rio de Janeiro destinado às pessoas com deficiência. (DO-I de 19/11/18).

### **OFÍCIO GG/PL nº 754 de 16 de novembro de 2018**

Veto total apostado ao PL 165/2015

Autor: Deputado André Lazaroni

Cria o Cadastro Estadual de Indôneos e Suspensos - CEIS, e dá outras providências. (DO-I de 19/11/18).

### **OFÍCIO GG/PL nº 755 de 16 de novembro de 2018**

Veto total apostado ao PL 1268/2015

Autor: Deputado Zaqueu Teixeira

Faculta ao empreendedor individual qualificado como Microempreendedor Individual - MEI, a Inscrição Estadual no Cadastro da Pessoa Jurídica do Cadastro de Contribuintes do ICMS (CAD-ICMS) do estado do Rio de Janeiro. (DO-I de 19/11/18).

### **OFÍCIO GG/PL nº 756 de 19 de novembro de 2018**

Veto total apostado ao PL 564/2015

Autor: Deputado Tio Carlos

“Torna obrigatória a realização “teste do quadril” em todos os recém-nascidos nos berçários das maternidades no âmbito do estado do Rio de Janeiro”. (DO-I de 21/11/18).

### **OFÍCIO GG/PL nº 761 de 21 de novembro de 2018**

Veto total apostado ao PL 2123-A/2013

Autor: Deputado Nelson Gonçalves

Dispõe sobre a obrigatoriedade de destinação exclusiva de recursos oriundos da aplicação de multas pelo Instituto Estadual de Ambiente (INEA) À Companhia Siderurgia Nacional (CSN), e dá outras providências. (DO-I de 22/11/18).

## **AGORA É LEI:**

### **Lei nº 8.164 de 22 de novembro de 2016**

Oriunda do PL 2951/14

Autora: Deputada Cidinha Campos

Altera a Lei nº 4396, de 16 de setembro de 2004, que proíbe os estabelecimentos comerciais de exigirem comprovação de tempo mínimo no emprego para concessão de crédito ao consumidor. (DO-I de 23/11/18).

### **Lei nº 8.169 de 22 de novembro de 2016**

Oriunda do PL 1571-A/2012

Autor: Deputado Zaqueu Teixeira

Dispõe sobre a obrigatoriedade das pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos ou privados, situadas no âmbito do estado do Rio de Janeiro, a disponibilizarem a declaração de quitação anual de débitos nas páginas da rede mundial de computadores - INTERNET e através da central de atendimento ao consumidor. (DO-I de 23/11/18).

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

### Ato do Interventor

#### **Decreto nº 29 de 26 de outubro de 2018**

Dispõe sobre a política de inteligência de segurança pública do estado do Rio de Janeiro (POLISPERJ). (DO-I de 21/11/18).

#### **Decreto nº 30 de 12 de novembro de 2018**

Dispõe sobre o Conselho de Segurança do Estado do Rio de Janeiro (CONSPERJ), e dá outras providências. (DO-I de 22/11/18).

### Secretaria de Estado de Cultura

#### **Resolução SEC nº 755 de 16 de novembro de 20158**

Dispõe sobre chamada pública para eleitores e candidatos regionais e dos segmentos ao Conselho Estadual de Política Cultural RJ e sobre o regulamento da eleição virtual para eleitores e candidatos dos segmentos culturais ao Conselho Estadual de política cultural do RJ. (DO-I de 22/11/18).

**Informe Legislativo Estadual** – Diretoria Jurídica/GGJ. Publicação semanal da Gerencia Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). Equipe Técnica: Gerente: Flavia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior e Tatiana Abranches. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: [Isaura@firjan.org.br](mailto:Isaura@firjan.org.br). Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Legislativo do Município do Rio de Janeiro.